



**SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO
UNILEGIS**

ADILSON GONÇALVES DE MACENA

**ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA:
UM DEBATE.**

Brasília - DF

2008



ADILSON GONÇALVES DE MACENA

**ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA:
UM DEBATE.**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro—UNILEGIS e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul—UFMS como requisito para obtenção do título de Especialista em Comunicação Legislativa.

Orientador: Assis Antonio Pereira Medeiros

Brasília - DF

2008

ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: UM DEBATE.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Comunicação Legislativa realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro—UNILEGIS e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul —UFMS no 2º semestre de 2008.

Aluno: Adilson Gonçalves de Macena.

Banca Examinadora:

Orientador: Assis Antonio Pereira Medeiros.

Professor convidado: Antonio Carlos Lopes Burity.

Brasília, 12 de novembro de 2008.

Aos meus queridos pais — **Alonso Gonçalves de Macena** (*in memoriam*) e **Adalice Procópio de Macena** — que se empenharam e me proporcionaram uma educação moral, ética e humana na interação entre nossos semelhantes.

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente do UNILEGIS que com sua sapiência, dedicação e perseverança enriqueceu nossos conhecimentos técnico-científicos ao longo do curso.

Aos coordenadores Ana Lucia Coelho Romero Novelli e Antonio Carlos Lopes Burity pelo empenho, dedicação e firmeza na condução dos trabalhos no universo alunos e professores.

Agradecimento especial ao orientador Assis Antonio Pereira Medeiros que com seu entusiasmo e dinamismo soube nos conduzir, passo a passo, na elaboração e finalização do nosso trabalho de conclusão de curso.

Às secretárias Diana Rosado Malosso e Ivone Alvino de Barros Gomes que, sempre atenciosas e pacientes, nos proveram com material didático e informações importantes para o nosso bom desempenho durante o curso.

RESUMO

O presente estudo disserta sobre a polêmica utilização de estrangeirismos utilizados na língua portuguesa. Algo não muito novo na história brasileira, porém, atual por provocar indignações distintas de lingüísticos, políticos, escritores, estudiosos do assunto, dentre outros. Há os que defendem a pureza da língua portuguesa; há os que afirmam a impossibilidade de sua pureza e apóiam-se justamente na sua lexicologia. Para alguns, a reconhecida avalanche de estrangeirismos no idioma nacional representa a riqueza e evolução não só da língua, mas de um país que avança tecnologicamente. Há aqueles que sugerem a moderação e consideram radicalismo a elaboração e proposta de um projeto lei para tratar do assunto. Projeto este cuja defesa e justificativa de seu autor alerta para a descaracterização da língua portuguesa. Posicionamentos à parte, este trabalho convida à reflexão sobre os estrangeirismos observados em larga escala, no comércio, na mídia, na informática e até mesmo em conversas casuais.

PALAVRAS-CHAVE: estrangeirismos – língua portuguesa – polêmica – Projeto de Lei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	10
1.1 Língua Portuguesa: recortes de um processo histórico	10
1.2 A formação do léxico e a sócio-história do Português	12
CAPÍTULO 2	15
2.1. Neologismo: texto e contexto	15
2.2 Causas do neologismo	16
2.3 A língua do neologismo	17
CAPÍTULO 3	20
3.1. Estrangeirismo: alguns conceitos	20
3.2. Estrangeirismo: alguns contextos	26
CAPÍTULO 4	30
4.1 Projeto de lei 1676/1999: a polêmica	30
CAPÍTULO 5	37
5.1 Em defesa do estrangeirismo na língua portuguesa	37
Considerações finais	45
Referências bibliográficas.....	49
Anexo – A	52

INTRODUÇÃO

Um dos desafios para a sociedade contemporânea brasileira, dentre outros, é manter a identidade lingüística frente aos efeitos da globalização mundial. No que diz respeito à língua portuguesa, por exemplo, observamos justificada preocupação de alguns estudiosos com a denominada “língua universal”, ou seja, o inglês. Não se trata de desconsiderar a importância desta, uma vez que é incontestável sua utilidade, mas com o emprego abusivo de estrangeirismos usados no Brasil principalmente pelos jovens.

Tais vocábulos surgem de várias atividades: por intermédio do comércio, da mídia e, sobretudo, da informática. Conseqüentemente, em decorrência da influência desta última, vocábulos estrangeiros são empregados ao se referir a termos e componentes de computador como, por exemplo, *hardware*, *mouse*, bem como nos jargões utilizados na sua operação: *software*, *internet*, *home-page*, *blog*, *chat*, *e-mail*; além de neologismos que surgiram, espontaneamente, oriundos da língua bretanha: *deletar*, *teclar*, *formatar*, *plugar*.

Como podemos observar, a relação entre as línguas ocorre devido à necessidade de comunicação universal, por meio da qual uma língua influencia o léxico da outra, de modo que os estrangeirismos tornam-se reflexos das influências cultural, política e econômica de uma nação sobre outras. O nível de desenvolvimento, certamente, é que determina qual será a língua dominante que emprestará e qual a que importará as palavras estrangeiras. Em suma, é fato notório cada vez maior o emprego de palavras e expressões inglesas no nosso cotidiano, fenômeno que tem crescido de forma avassaladora no Brasil.

Diante do supra exposto, surge inquietante indagação: por que dispendo de uma língua tão rica como a portuguesa, muitos brasileiros rendem-se tão facilmente aos estrangeirismos tanto no emprego formal quanto na conversa informal?

Nessa perspectiva, qual o posicionamento da sociedade brasileira diante do excesso de palavras estrangeiras? A utilização dos estrangeirismos no discurso e na prosa portuguesa ameaça o valor do patrimônio lingüístico nacional? Tal fenômeno representa um processo de evolução, retrocesso ou estagnação?

Talvez a incorporação de palavras ou expressões estrangeiras pode significar, por um lado, o emprego abusivo de tais termos, em detrimento de formas semelhantes às existentes na língua portuguesa e, por outro lado, em fator de fortalecimento e enriquecimento da língua nacional.

Posicionamentos à parte, a preocupação com os estrangeirismos não é recente. Atualmente, alguns políticos e lingüistas criticam, principalmente, o uso excessivo do inglês pelos brasileiros; outrora, esse rancor por vocábulos não oriundos do português já existia e causava polêmicas.

Consideramos relevante apresentar recortes do processo histórico da língua portuguesa e, por meio desse viés, dissertar sobre a presença e a influência de termos estrangeiros na sociedade brasileira, de modo mais específico, conceituar estrangeirismo, analisar a posição de alguns estudiosos a respeito de expressões estrangeiras no cotidiano brasileiro e tecer alguns comentários sobre o Projeto de Lei nº 1676, de 1999.

É fato constatarmos que a discussão é antiga. Acirrada pelo projeto de lei de autoria do Deputado Federal Aldo Rebelo, outras acaloradas discussões sobre situações ainda não resolvidas no País vêm à tona. Entre outras, a de que:

A defesa da língua portuguesa é um projeto antigo, conservador, elitista e excludente. Teve início em 1757, quando o governo da metrópole portuguesa, para proteger a língua portuguesa, proibiu o uso da língua que todo mundo falava no Brasil desde o início da colonização. [...] proibiu e tomou providências: mandou prender, torturar, matar quem não quis passar a falar só em português. (GUEDES, 2002, p. 133).

Para Paulo Coimbra Guedes, em artigo publicado pelo jornal *Zero Hora*, após arrolar, com muita clareza, uma série de argumentos contra o mencionado projeto,

destaca a urgência de focar a questão do déficit educacional que assombra o país, ao mesmo tempo em que pleiteia a tomada de medidas concretas destinadas a resolver problemas reais, em vez de caçar bruxas como pretendem tentativas fúteis e inócuas como a do Deputado Rebelo.

Da mesma forma, Zilles (2002, p. 160) faz a afirmativa de que “*só nos resta lamentar que algumas pessoas, imbuídas da crença de que estão defendendo a língua, a identidade e a pátria, na verdade estejam reforçando velhos preconceitos e imposições*”.

Assim, temos propostas para este estudo: no capítulo primeiro, apresentamos um breve histórico do surgimento do idioma e da formação do léxico; no segundo, conceituamos neologismos; no terceiro, conceituamos estrangeirismos; nos capítulos quarto e quinto, selecionamos opiniões de alguns estudiosos sobre a acirrada polêmica que ronda a sociedade brasileira — purificar a língua portuguesa, de modo a retirar dela vocábulos estrangeiros —, bem como dissertamos acerca do Projeto de Lei nº. 1676, de 1999, do Deputado Aldo Rebelo, o qual visa proibir o uso de palavras estrangeiras em propagandas, textos de imprensa, televisão, rádio ou qualquer meio de comunicação dentro do território nacional.

Em linhas gerais, este estudo se justifica e se sustenta por se tratar de uma proposta atual, significativa para a sociedade brasileira que se vê diante de um fenômeno crescente cuja preocupação reside em um processo que tende – na concepção de alguns estudiosos brasileiros – a provocar a descaracterização do rico patrimônio lingüístico nacional. Em particular, reconhecido o fenômeno sem fronteiras, entendemos que este não pode ser ignorado. Esperamos, no entanto, certa moderação e defendemos a prática e a evolução da língua portuguesa.

Por último, cabe salientar que — longe de termos a pretensão de elaborar um estudo completamente abrangente sobre o tema estrangeirismos, mesmo porque este assunto não se esgota facilmente e demanda muitas pesquisas a respeito — sugerimos, por oportuno, que nosso trabalho seja utilizado como subsídio para possíveis pesquisas em teses de mestrado ou doutorado.

CAPITULO 1

1.1 Língua Portuguesa: recortes de um processo histórico.

De acordo com o que narra a história, no início da colonização portuguesa no Brasil, a partir da descoberta em 1500, o tupi — mais precisamente, o tupinambá, uma língua do litoral brasileiro da família tupi-guarani — foi usado como língua geral da colônia, ao lado do português, principalmente graças aos padres jesuítas que haviam estudado e difundido a língua. Em 1757, a utilização do tupi foi proibida por uma Provisão Real; mas a essa altura, já estava sendo suplantado pelo português em virtude da chegada de muitos imigrantes da metrópole. Assim,

O português era falado pelas famílias lusitanas que para cá vinham e começou a ser ensinado pelos jesuítas aos índios, tendo em vista a sua catequese. Criou-se, dessa forma, um “linguajar de emergência”, uma linguagem especial falada pelos mamelucos e mulatos e usada também pelos mercadores nas suas viagens e pelos bandeirantes e outros aventureiros em suas expedições sertão adentro. (SMOLKA, 2000).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o português fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil. Da língua indígena — o tupi —, o português herdou palavras ligadas à flora e à fauna (abacaxi, mandioca, caju, tatu, piranha), bem como nomes próprios e geográficos (SILVA apud SMOLKA, 2000).

Da mesma forma, com o fluxo de escravos trazidos da África, a língua falada na colônia recebeu novas contribuições. A influência africana no português do Brasil, que em alguns casos propagou-se também à Europa, veio principalmente do iorubá, falado pelos negros oriundos da Nigéria (vocabulário ligado à religião e à cozinha afro-brasileira), e do quimbundo angolano (palavras como caçula, moleque e samba) (ibid).

Salientamos que um novo afastamento entre o português americano e o europeu ocorreu quando a língua falada no Brasil colonial não acompanhou as mudanças ocorridas no falar português (principalmente por influência francesa) durante

o século XVIII, mantendo-se fiel, basicamente, à maneira de pronunciar da época da descoberta. Uma reaproximação ocorreu entre 1808 e 1821, quando a família real portuguesa, em razão da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, transferiu-se para o Brasil com toda sua corte, ocasionando um reaportuguesamento intenso da língua falada nas grandes cidades.

Como se pode ver, a língua portuguesa foi entrando no Brasil gradativamente, sofrendo influências indígenas e africanas, o que não impediu que, principalmente pelo fato de não terem sido línguas escritas o tupi, o banto e os vários falares sudaneses, o português saísse vitorioso como nossa língua e mais, como o maior responsável pela unidade nacional de nosso país. (SMOLKA, 2000).

Após a independência em 1822, o português falado no Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no centro e no sul do país. Isso explica certas modalidades de pronúncia e algumas mudanças superficiais de léxico que existem entre as atuais regiões do Brasil, que variam de acordo com o fluxo migratório que cada uma recebeu.

No século XX, a distância entre as variantes portuguesa e brasileira do português aumentou em razão dos avanços tecnológicos do período. Não existindo um procedimento unificado para a incorporação de novos termos à língua, certas palavras passaram a ter formas diferentes nos dois países, tais como: comboio e trem; autocarro e ônibus. Além disso, o individualismo e o nacionalismo que caracterizam o movimento literário romântico do início do século XX intensificam a literatura nacional expressa na variedade brasileira da língua portuguesa, argumento retomado pelos modernistas que defendiam, em 1922, a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar as peculiaridades do falar brasileiro. A abertura conquistada pelos modernistas consagrou literariamente a norma brasileira.

Outrossim, o português do Brasil vai, paulatinamente, apresentar um conjunto de características não encontráveis no português de Portugal, nem em outros países lusófonos, porque cada um apresenta peculiaridades, devido às condições locais. Além disso, se considerarmos a língua escrita, haverá uma maior proximidade entre o português do Brasil com o de outras regiões do mundo, pois a primeira se sujeita à sistematização; isto graças às gramáticas normativas, dicionários e outros instrumentos

reguladores da língua. Na oralidade, o processo de incorporação de características específicas se faz de modo mais rápido.

Nos tempos contemporâneos, a língua portuguesa em uso no Brasil, em função de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocasionadas pela globalização e pelo processo civilizador, tem ao longo das últimas décadas recebido constante influência de expressões estrangeiras. De forma mais expressiva, a língua inglesa tem servido de fonte de inúmeros empréstimos, sobretudo nas áreas técnicas, o que demonstra a estreita ligação que o processo de mudança lingüística tem com a história sócio-político-cultural de um povo.

1.2. A formação do léxico e a sócio-história do português

A história do léxico português – basicamente de origem latina – reflete a história da língua portuguesa e os contatos dos seus falantes com as mais diversificadas realidades lingüísticas, a partir do românico lusitânico. Esse acervo apresenta um núcleo de base latina popular — resultante da assimilação e das transformações do latim pelas populações nativas ibéricas —, complementado por contribuições pré-românicas e pós-românicas de substrato, em que a população conquistada absorve a língua dos dominadores; de superstrato, em que os dominadores adotam a língua dos dominados; e de adstrato, em que as línguas coexistem, podendo haver até um bilingüismo. Além desse núcleo, é imensa a participação de empréstimos a outras línguas — empréstimos culturais — e ao próprio latim: termos eruditos tomados ao latim clássico a partir do século XVI. Foram os termos populares que deram feição ao léxico português, quer na sua estrutura fonológica, quer na sua estrutura morfológica. Mesmo no caso de empréstimos de outras línguas, foi o padrão popular que determinou essas estruturas.

Consideramos relevante pontuar que o vocábulo fundamental do português — compreendendo nomes de parentesco, de animais, partes do corpo e verbos muito usuais — é formado sobretudo de palavra latinas, de base hereditária. Esse fundo

românico usado na conversação diária constitui, assim, a grande camada na formação do léxico português.

Dentro da contribuição pré-românica — camada do substrato —, destacam-se vocábulos de origem ibérica (abóbora, barro, bezerro, cama, garra, louça, manteiga, sapo, seara); céltica (bico, cabana, camisa, cerveja, gato, légua, peça, touca); grega (farol, guitarra, microscópio, telefone, telepatia); fenícia (malha e mata – não havendo muita clareza quanto à sua origem).

A contribuição pós-românica — camada do superstrato —, que compreende palavras de origem germânica, relacionadas ao modo de vida de seu povo e à arte militar, ocorre no século V, época das invasões. São exemplos nomes como Rodrigo, Godofredo, guerra, elmo, trégua, arauto e verbos como esgrimir, brandir, roubar, escarnecer.

Muito embora os árabes quando conquistaram a Península Ibérica não impuseram sua religião e língua sobre os países dominados, “existe a convicção de que todos os arabismos presentes na língua portuguesa resultam da prolongada ocupação islâmica da Península Ibérica (século VIII ao XIII, em Portugal, mas em Espanha dois séculos mais). Isso é verdade para numerosos vocábulos, que se encontram atestados desde a documentação mais antiga: *alcachofra, álcool, aldeia, algodão almanaque, almirante, almofada, armazém, arrebatat, arroz, arsenal, assassino, atracar, auge, azar, azeite, balde, café, divã, droga, fulano, gazela, guitarra, jasmim, louco, marfim, máscara, mesquinho, mesquita, oxalá, pato, refém, sofá, sultão, tabaco, talco.*” (CASTRO. Lusa – A Matriz Portuguesa. Uma Língua que veio de longe, 2007).

Quanto aos empréstimos culturais, ou seja, os que decorrem de intercâmbio cultural, há no léxico português influências diversas de acordo com as épocas. Segundo Cunha (1970): “A incidência de palavras de empréstimo no português data da época da constituição da língua, e as diferentes contribuições para o seu léxico reproduzem os diversos passos da sua história literária e cultural”.

Ilustramos afirmativa do parágrafo anterior por meio da poesia trovadoresca provençal que influenciou os primeiros textos literários e tem sua origem na época medieval. Da mesma forma, o latim corrente já havia contribuído para a base do léxico português, mas foi durante o Renascimento, época em que se valorizou a cultura da

Antiguidade, que as obras de escritores romanos serviram de fonte para muitos empréstimos eruditos. Da mesma forma, a expansão portuguesa na Ásia e na África foi mais uma fonte de empréstimos.

Para muitos, tal processo – empréstimos – descaracteriza a língua portuguesa; para outros, representa enriquecimento ao léxico nacional. Interpretações à parte, a língua portuguesa, com mais de 250 milhões de falantes nativos, é a quinta língua mais falada do mundo e a terceira mais falada no mundo ocidental. É o idioma oficial de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, sendo falada na antiga Índia Portuguesa (Goa, Damão, Diu e Dadrá e Nagar – Aveli), Macau e Guiné Equatorial, além de ter também estatuto oficial na União Européia, no MERCOSUL e na União Africana.

CAPÍTULO 2

2.1. Neologismo: texto e contexto

Antes de se tratar acerca do que vem a ser estrangeirismo, consideramos pertinente explicitar o termo neologismo.

De acordo com as definições contidas no Melhoramentos Minidicionário da Língua Portuguesa (1997, p. 356), neologismo é a palavra criada da própria língua ou adaptada de outra; palavra antiga tomada com sentido novo. Em detalhes:

São palavras novas, isto é, não dicionarizadas ou recém-dicionarizadas. Para caracterizá-los, deve-se tomar como referência, no caso do Português do Brasil, o léxico oficial consignado no VOLP,¹ mas os dicionários Michaelis, Aurélio ou Houaiss também podem ser fonte de consulta. (HENRIQUES, 2003, p. 87).

Segundo Bueno (1996, p. 452), se define neologismo como “*palavra nova, ou ainda palavra antiga com sentido novo*”; o que não difere muito da definição de Ferreira (2004, p. 576) “*palavra ou expressão nova, ou antiga com sentido novo*”.

Assim, chega-se à definição de neologismo como sendo toda palavra ou expressão de criação recente. Uma nova acepção atribuída a uma palavra já existente no léxico também é considerada neologismo.

O neologismo pode ser criado na própria língua ou importado de uma língua estrangeira, como ocorre freqüentemente em linguagem técnica. Há neologismo de cunho popular ou literário, restrito a um determinado idioma, e outros, como os termos científicos, que são internacionais, e devem ser adaptados à língua, enriquecem o vocabulário sem ferir o gênio da língua; os neologismos sintáticos, também chamados de construção, resultam de uma criação estilística, que se padronizam na língua e “*são muito fecundos e supõem-se a combinatória dos elementos já existentes na língua. Os neologismos sintáticos são formados pela derivação prefixal ou sufixal, pela composição coordenativa e subordinativa e pelas siglas ou acronímicos. São*

¹ VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita apenas no âmbito lexical, mas também no nível frásico havendo uma alteração na classe gramatical da palavra-base, ao ser acrescentado um prefixo ou um sufixo.” (ALVES, 1994).

2.2. Causas do neologismo

Demonstra-se que a primeira causa da existência e uso de neologismos é a necessidade de expressão. Pois, com o surgimento de novas invenções, novos objetos, novos conceitos, enfim, novas idéias, faz-se necessário o aparecimento de novos nomes que se adaptem aos significados daquilo que eles representam. Caso não haja um vocábulo que possa ser adaptado, torna-se imprescindível a criação de um.

Outro causa para se utilizar neologismos diz respeito à inclinação do espírito humano para especificar, classificar, ou mesmo catalogar diferenças existentes entre os seres, de maneira a dar a cada uma delas o devido nome, algo que corresponda a essa necessidade de clareza.

Outra razão é a rapidez da expressão, em lugar de expressão longa – “apresentar felicitações” – diz-se logo – “felicitar” – e, assim aparece o neologismo. Todavia, para que o neologismo vença e se radique na língua, como afirma MEXIAS-SIMON, 2003:

Será necessário que um número significativo de falantes esteja de acordo quanto ao significado daquele novo significante. O próprio aspecto conservador da língua impede que esse fato se verifique com freqüência. Haverá sempre reação ao novo elemento, tido como ‘mau falar’. (In: www.filologia.org.br, acesso em 02 de out de 2008).

Ilustramos a produtividade lingüística com o recente uso do prefixo “pit”. Originário da palavra *pitbull*, que designa uma raça de cachorros em geral violenta, aproveitou-se a parte inicial “*pit*” para a formação de “*pitboy*”, vocabulário que designa rapazes agressivos de classe média, que fazem valer sua vontade pela força física.

Neste sentido, o neologismo tem por condição ser necessário a uma precisão do espírito humano, ou seja, que haja necessidade no emprego do termo a uma expressão. No entanto, se tal necessidade não existir, poderá manter-se por certo período, mas, certamente, desaparecerá.

Em suma, poder-se-ia listar um sem-número de incidências de novas palavras. O *ficante*, por exemplo, bastante utilizado pelos adolescentes para designar o indivíduo que namora outra pessoa sem compromisso.

2.3. A língua do neologismo

É de suma importância se destacar que os neologismos científicos e literários são provenientes do grego e do latim, muitas vezes combinados com o idioma pátrio. Como por exemplo, temos a palavra televisão (*tele*=distância, grego; *visão* = português). Quando o neologismo é formado de elementos pertencentes a uma mesma língua, diz-se que está bem feito; quando os elementos são de idiomas diferentes, diz-se que é híbrido.

Hibridismo é, pois, a formação de um vocábulo com elementos de diversas línguas. E, os neologismos populares são todos adaptações de termos já existentes na língua, portanto, de origem vernácula.

Assim sendo, existem os neologismos denominados de empréstimos. São inúmeros e são encontrados, principalmente, na linguagem técnica, científica, esportiva, mercantil. A tendência mais comum é de escrevê-los em língua portuguesa, conservando, entretanto, a pronúncia de origem. Exemplo: futebol (foot-ball). Dependendo da forma como foi usado, não devem ser traduzidos porque perderiam toda a força significativa. Observamos que, dependendo da forma como foi usado, enquanto todos sabem o que é 'futebol', ninguém saberia ao certo o que fosse 'pé-bola', caso se fizesse a transcrição palavra por palavra.

Queremos dizer que, o fenômeno de tomar palavras emprestadas de outras línguas é perfeitamente natural e a língua portuguesa sempre lidou com a importação de palavras. Como o uso de termos oriundos de línguas estrangeiras é sempre uma conseqüência e não uma causa, esse fenômeno denuncia duas situações que são características da língua portuguesa: dependência de outras culturas seja pela questão econômica e/ou tecnológica, seja pela influência de comportamentos culturais.

Percebemos, assim, que a presença de termos oriundos de outras línguas é um fato marcante no português do Brasil. Em nenhum lugar do mundo existe uma língua pura, pois o vocabulário de qualquer língua é resultado de séculos de intercâmbios com outros povos, outras culturas, e, conseqüentemente, outras línguas.

A forma mais fácil de tomar conhecimento de uma inovação é por intermédio da mídia, especialmente a televisiva, pelo fato de estar ligada diretamente à cultura de massa. A imprensa escrita, especialmente os jornais, influencia as populações com seus termos e jargões. Procura-se, naqueles meios de comunicação, trazer o máximo de informações e também de novidades, surgindo a partir daí termos novos, como os estrangeirismos, que conseguem ter uma assimilação maior do que os termos já existentes.

Os meios de comunicação sempre trazem novas convenções à língua, assim como foi com o prelo, o telefone e a radiodifusão; e assim está ocorrendo com a internet.

Constatamos certa preocupação em se criar novos termos para substituir os empréstimos. No entanto, estes fazem parte do comércio vocabular das sociedades, são conseqüências de fatos sociais, contribuem para o enriquecimento e evolução do idioma.

Sabemos, porém, que mesmo com características de “novidade”, tendo em vista um novo vocábulo, algumas palavras são cristalizadas, consagradas – dicionarizadas, quando assumem uma existência lexical independente –, enquanto outras são abandonadas.

Na concepção de alguns estudiosos, o fato de não se utilizar certos vocábulos estrangeiros tem a ver com um fator, que nem sempre as pessoas se dão conta: o

preconceito lingüístico. De acordo com Maria Marta Pereira Scherre (apud Shirley Lima da Silva Braz, 2004).

O preconceito lingüístico, derivado do equívoco milenar da superioridade lingüística, é o mais perigoso dos preconceitos: ele é naturalmente aceito pela comunidade, que transita, sem perceber, pela tênue fronteira entre língua como mecanismo de identificação e língua como mecanismo de poder. (2004, p. 2).

Os preconceitos lingüísticos decorrem da dificuldade vivenciada pelos indivíduos em relação à aceitação das diferenças, às quais são negadas a todo custo. Quando admitidas, entretanto, são tachadas de “feias”, “erradas” ou “inferiores”. Fiorin (2003, p. 23) acrescenta que a raiz dos preconceitos está na “rejeição da alteridade ou na consideração das diferenças como patologia, erro, vício etc.” Os preconceitos, portanto, surgem sempre da intolerância. Para Bagno, o preconceito parece “algo inerente ao ser humano que vive em sociedade” (2001, p. 48).

Para Fiorin, os falantes adotam três posturas básicas diante da atividade lingüística:

- 1) descritiva, que leva a tentativa de teorização sobre o fato da língua;
- 2) valorativo, que se traduz por julgamentos, por exemplo, sobre a elegância de uma determinada pronúncia;
- 3) normativa, que estabelece o que é certo e decreta o que é errado. (2000, p. 25).

Neste sentido, acreditamos ser relevante a terceira postura – normativa –, por se tratar de inovações na língua portuguesa. Inovações estas que nem sempre são aceitas, que geram discussões, polêmicas e até projetos de lei.

As inovações lingüísticas ocorrem em todas as línguas. Ao ser humano ocorrem mudanças. Nada é estático, muito menos a língua. Na concepção de Yaguelo (apud Bagno, 2001, p. 61), “na língua se inscreve a passagem do tempo; de forma lenta e inexorável, a língua se transforma”. No entendimento de Bagno (2001), a língua não é jovem, nem velha: é apenas renovada.

Nesta perspectiva, não há como se admitir que gramáticas prescrevam o que é certo ou errado. A língua é criada constantemente por seu usuário, pelo falante; resulta de um longo processo histórico que não se congelou no tempo. A inserção de estrangeirismo na língua portuguesa bem que comprova tal processo.

CAPÍTULO 3

3.1. Estrangeirismo: alguns conceitos

Tendo em vista ser estrangeirismo um tema bastante abrangente sob o aspecto lingüístico, torna-se relevante iniciar a pesquisa por meio de dicionários. Logo, de acordo com Bueno (1996, p. 272) estrangeirismo significa “emprego de palavra ou frase estrangeira; estrangeirice; barbarismo”. Na concepção de Ferreira (2004, p. 379), estrangeirismo é a “palavra, frase ou construção sintética estrangeira”. Em outras palavras:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas, também chamado de empréstimo. (GARCEZ; ZILLES apud FARACO, 2002, p. 15).

Segundo o neogramático Hermann Paul (1983, p.412), “*a palavra de origem estrangeira só gradualmente se torna habitual*”. Esta idéia já antiga, ainda hoje é bastante difundida, razão pela qual grande parte dos autores dedicados ao estudo do empréstimo lingüístico propõem uma diferenciação entre empréstimo propriamente dito e estrangeirismo. (As designações *xenismo* — isto é, excesso de presença ou influência da cultura estrangeira — e *peregrinismo*, outro sinônimo para estrangeirismo, também são usadas).

Como sabemos, durante muito tempo, a tradição filológico-gramatical luso-brasileira identificou o termo estrangeirismo como um vício de linguagem. Considerava-se como fator de empobrecimento lingüístico. Esta noção, de certa maneira, resiste até hoje, conforme se observa no entendimento de Rocha (1997), estrangeirismo vem a ser “*palavra ou expressão de origem estrangeira cujo uso é um dos erros contra a vernaculidade da nossa língua, e só poderá ser aceita se não existir na língua*”

portuguesa um vocábulo que traduza essa mesma idéia". O desenvolvimento dos estudos lingüísticos, no entanto, colocou o estrangeirismo em outro patamar, freqüentemente em confronto com o empréstimo.

Cabe aqui ressaltar, que o termo empréstimo é usado para estrangeirismos já incorporados à língua: ateliê, chofer, croquete, filé (PROENÇA FILHO, 2000).

Vale salientar, também, que o empréstimo ocorre por vários vieses, em alguns casos se apresenta sob a forma de estrangeirismo, ou seja, serve para expressar uma nova situação oriunda de um processo globalizante. Pode ser gerado na própria língua ou mesmo importado de uma língua diferente, como acontece em relação às linguagens técnicas. Entendido por neologismo, pode originar-se na comunicação coloquial das pessoas menos favorecidas, como também pode surgir por meio do universo literário. Pois, segundo Coutinho (1962) "*neologismo é toda palavra ou expressão de criação recente.*"

A propósito, Dubois (1998) afirma que os neologismos podem sofrer adaptações na língua e também podem ser gerados a partir de um fato novo. A fase de neologismo diz respeito à inserção de um termo vocabular que se torna bastante utilizado na língua receptora nem que para isso sofra certas modificações para conseguir uma boa adaptação. Mencionadas modificações podem ser em relação à morfologia, à fonologia, à ortografia e à semântica. Por outro lado, ocorre o empréstimo lingüístico quando o termo vocabular emprestado já se adapta e conseqüentemente se incorpora ao acervo léxico do idioma que o recebe.

De outra forma: empréstimos, no caso específico em relação ao idioma português, são palavras estrangeiras utilizadas pelos brasileiros, algum tempo depois de sua incorporação à língua portuguesa e passam a ser consideradas não mais estrangeiras pelos falantes da língua, mesmo tendo sido originadas em outra língua, após mudar-se a forma de escrever e de falar, o que caracteriza o aportuguesamento.

Já o estrangeirismo é muito encontrado em vocabulários técnicos, nas linguagens de especialidade (esporte, economia, informática, medicina, etc.), como também em outros tipos de linguagens especiais: publicidade e colunismo social. Veja alguns exemplos: *delete, show, open, up, vip, music, flash, etc.*

Na linguagem publicitária de jornais e revistas, os estrangeirismos são freqüentemente utilizados em propagandas referentes a produtos importados, aparelhos de som, de vídeos. Numa pesquisa feita pela revista VEJA, edição nº 2033 – ano 40 – nº 44, publicada no dia 7 de novembro de 2007, foram encontradas as seguintes palavras:

gay, surf, alltime resort, drive-range, talk-show, goodfellas, drive your way, power and style, air bag, CD player, slim, hip-hop, jazz, drum'n'bass, remis, lord, muy, keyless, outdoor, pink, deficits, over drive, e-mail, medical group, deletou, click, drink express, laser, peeling, news, top brands, modem, dossiê, home theater, trailer, blog, since, ideas for life, made to mix, kung fu, peer effects, notebook, drive-ins, world cup, it's not to, moonlight, it's HBO, telemarketing, world cup, best-seller, shorts e legging.

Observamos a predominância de palavras oriundas da língua inglesa utilizadas naquela edição da revista. Constatamos ainda que algumas palavras utilizadas na referida revista possuem palavras correspondentes no léxico português. No que se refere a anúncios que divulgam artigos não técnicos, os termos importados podem ser motivados por uma função apelativa, característica no estilo publicitário.

Nas ciências em geral e na linguagem médica em particular, em decorrência do progresso científico e tecnológico, há necessidade constante da criação de neologismos que expressem com exatidão novas descobertas, novos fatos e novos conceitos. Há três maneiras de atender a essa necessidade: formar uma palavra nova, importar um termo de língua estrangeira ou conferir um novo significado a uma palavra já existente.

Ao empregar um estrangeirismo, o emissor tem consciência, muitas vezes, de que ele poderá não ser interpretado pelos receptores do texto. Por esse motivo, em muitos contextos, a unidade léxica estrangeira é seguida de tradução ou até mesmo de uma definição mais específica de seu significado. A tradução do estrangeirismo pode acontecer sob a forma de alternância, em que ora é empregada a unidade lexical estrangeira ora a tradução portuguesa. Porém, ao elaborar um anúncio cujo conteúdo da mensagem seja totalmente com vocábulos estrangeiros, o publicitário supõe que o

leitor da revista em que ele é veiculado possa traduzi-lo e interpretá-lo. Em caso contrário, essa propaganda não produzirá efeito.

É também tentativa de apelo que torna a mensagem dos colunistas sociais tão evitada de estrangeirismos. Diante da atual circunstância em que a globalização impera, surge a necessidade do emprego de alguns termos estrangeiros devido à ocorrência corriqueira de situações novas. Conseqüentemente, o redator de mencionados textos fica sem alternativas e recorre à utilização de vocábulos alienígenas à sua língua.

O inglês e o francês são as duas línguas que mais têm emprestado elementos léxicos ao português contemporâneo. O empréstimo de origem inglesa, segundo Câmara Jr. (1998) chama-se anglicismo, que, por sua vez, é “*qualquer fato da língua inglesa que aparece no Português falado ou escrito*”.

No passado, os neologismos importados, em sua maioria, tinham origem na língua francesa. A influência francesa à distância não é nova. No português brasileiro, fez-se, ao longo de quase dois séculos, pelo peso e prestígio de sua cultura. A língua francesa, apesar de ser menos freqüente que a inglesa, exerce muita influência no tocante aos empréstimos lingüísticos pelo fato de a França ter sido o berço de muitos intelectuais e filósofos importantes para a cultura do mundo ocidental.

Atualmente, em virtude da hegemonia da língua inglesa como canal de comunicação no meio científico, os neologismos surgem quase sempre em inglês, devendo ser morfológicamente adaptados aos demais idiomas. A língua inglesa é considerada a que tem o maior acervo lexical e este fato decorre de sua própria história. Ela exerce forte influência por causa da notável presença do modo de vida estadunidense, principalmente, em vários países do mundo. Mencionado modo de vida foi imposto durante a maior parte do século XX. A cultura estadunidense disseminou-se por meio de músicas, revistas, jornais e, sobretudo, por intermédio da indústria cultural. Houve maior intensidade, a partir dos anos 40 do século XX, pelo peso e prestígio da cultura, da economia e do poderio militar anglo-americano. A difusão e a presença crescente dos meios de comunicação e da chamada “indústria do entretenimento” proporcionam ferramentas de disseminação de matrizes comportamentais — inclusive de comportamentos lingüísticos — irradiando da cultura dominante para as culturas periféricas.

Entretanto, da mesma forma que os povos dominados recebem empréstimos lingüísticos, o outro lado, isto é, os países dominantes, também têm, no conjunto lexical, seu rol de palavras importadas. No caso do Brasil, observamos uma tendência crescente no uso de vocábulos alienígenas no cotidiano da sociedade brasileira e, talvez, se justifique essa tendência em razão das dimensões territoriais e demográficas do país. A realidade territorial brasileira exige das culturas dominantes, em determinadas circunstâncias, acomodação lingüística, a fim de que essas nações possam interagir com o universo brasileiro.

Enquanto estrangeirismo, o elemento externo ao vernáculo de uma língua não faz parte do conjunto lexical do idioma. A fase de neologismo de um item léxico estrangeiro ocorre quando ele está se incorporando à língua receptora; incorporação esta que pode se manifestar e ocorrer por meio da adaptação gráfica, morfológica ou semântica.

No novo dicionário Aurélio (1999) há considerações sobre estrangeirismo. O autor caracteriza estrangeirismo como sendo um contato prolongado entre línguas distintas que gera transformações tanto no sistema lingüístico quanto no léxico e desse processo alguns elementos estrangeiros podem ser inseridos e aceitos na língua receptora. Ele afirma ainda que uma palavra, uma frase ou uma construção sintática estrangeira, incorporada ao léxico de uma nova língua, pode se apresentar como uma simples importação do termo ou como uma mistura de elementos diferentes ou ainda como uma aceitação do que significa o termo fonologicamente igual na outra língua.

Já Bechara (2003) afirma que *“o estrangeirismo é o uso de palavras e expressões de outro idioma que chegam por um processo natural de empréstimo. Ele entra em um idioma por um processo natural de assimilação de cultura ou de contigüidade geográfica e assume um aspecto de sentimento político-patriótico.”*

À guisa de conclusão no que concerne a conceitos, estrangeirismo é aquilo que não faz parte do acervo lexical do idioma. Costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura diferente, externa à da língua enfocada. Pois, como não poderia deixar de ser, as línguas mudam incessantemente pela sua própria natureza e pelo contato com as demais, o que acaba por ocasionar os empréstimos.

Sabemos, também, por meio dos estudos lingüísticos, que não há como isolar uma língua, pois o contato que se tem com o meio externo traz influências incontáveis e talvez mesmo incontrolláveis. Mas este próprio contato faz com que o idioma se ajuste às novas necessidades de comunicação.

Além disso, devemos atentar para o fato de que o Brasil é um país multicultural. Não obstante a prevalência da língua portuguesa, segundo Zilles (2002) ainda há cerca de 180 idiomas indígenas, remanescentes dos 1.500 que eram falados na época da colonização, sem mencionar as línguas dos imigrantes europeus ou asiáticos e a própria língua espanhola, amplamente difundida nas imensas fronteiras do território brasileiro. Logo, não existe, rigorosamente, um português puro, isto porque:

Seu léxico foi formado a partir de um empréstimo do árabe, das línguas germânicas, do italiano, do espanhol, do francês, de línguas africanas e indígenas [...]. O léxico é o resultado da história de um povo, de seus contatos, da divisão internacional de trabalho num dado momento, da correlação de força entre os diferentes países numa dada época. (FIORIN, 2002, p. 118-119).

E como bem acrescenta Moraes (2001)²:

[...] talvez valha a pena evocar a lição de Mário de Andrade. Ele não deixou de ridicularizar a infestação do galicismo na vida brasileira em *Amar*, verbo intransitivo, ao trazer um narrador irônico criando o estranhamento da enumeração de termos alienígenas: “com seus frolements almofadinhas puro flirt sem continuidade. Estou falando brasileiro”; “foram na matinê do Royal. Estou falando brasileiro”. Entretanto, no mesmo romance, Mário adaptou palavras como nocaute, hol, suéter; buquê, randevu etc. Assim, tudo indica a visão lingüística muito ampla daquele que um dia revelou à discípula Oneyda Alvarenga a frase irreverente com a qual desejava começar a Gramatiquinha: “Pertencem à fala brasileira todas as línguas do mundo”. E é isso, “não tem guêre nem pipoca!”.

Ao que reforça Cunha (1970):

Na realidade, o problema do empréstimo lingüístico não se resolve com atitudes reacionárias, como estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se,

² Marcos Antonio de Moraes é doutorando em Literatura Brasileira – USP e organizador de *Correspondência Mario de Andrade a Manuel Bandeira* (EDUSP/IEB, 2000).

queiram ou não os seus gramáticos à condição de mero usuário de criações alheias.

Nessa perspectiva, percebemos que o estrangeirismo, em boa dosagem de uso, não é de todo negativo. De qualquer modo, ele está inserido na língua portuguesa e segue seu percurso em meio à construção e evolução histórica lingüística do Brasil.

3.2. Estrangeirismo: alguns contextos

Não há como negar: o fenômeno é global. No entanto, torna-se relevante refletir sobre a opinião de alguns brasileiros a respeito do estrangeirismo, em um país – Brasil – cuja língua é rica e conta com uma cultura ampla e diversificada. Na impossibilidade de reproduzir todas as pessoas pesquisadas, selecionamos algumas:

Não há mal nenhum em ser um purista do idioma e condenar o uso cada vez mais freqüente de palavras e expressões inglesas que, como uma avalanche incontrolável, vêm despencando sobre o nosso belo português junto com toneladas de discos, Cds, filmes e a alta, ou baixa mesmo, tecnologia, vindas lá do Hemisfério Norte. (CYNTRÃO, 1995, p. 411)³.

Nesta perspectiva, ainda que defenda um idioma puro, a autora admite que os estrangeirismos adentram a língua portuguesa e, em alguns casos, transformam-se em neologismos infames, tornam-se palavras corriqueiras e até mesmo fora de seu devido texto na invasão de contexto, quer seja em função do comércio – CDs e filmes – quer seja pelo surgimento de tecnologias oriundas do exterior, entre outros. Podemos citar o exemplo muito comum entre as pessoas, principalmente entre os jovens, quando em substituição ao “esqueça” utilizam o “deleta”.

Acreditamos que o imperialismo lingüístico do inglês não é a força atual do inglês em si, mas da expansão econômica, cultural e tecnológica dos Estados Unidos da América. A língua é secundária e advém com o resto. Os homens preferem falar a

³ Rita Cristina Cyntrão é jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Trabalhou por oito anos no jornal O Globo. É pesquisadora na área de antropologia social.

língua que lhes proporcionam comunicação e entendimento entre si ao redor do planeta; portanto, se os Estados Unidos são uma potência mundial e dominante na área de informática é natural que as palavras referentes ao assunto sejam conservadas em sua forma original.

Uma língua como o inglês não teria o título de universal sem haver realizado uma transformação lingüística, introduzindo-se em outros idiomas por intermédio do uso de palavras emprestadas, se fazendo conhecer em todo o mundo como sendo uma língua estrangeira ou como uma segunda língua

Conforme destaca Bechara (2003), o fenômeno de estrangeirismo – objeto deste estudo – foi criticado por muitos durante bastante tempo, porém, o autor acredita que atualmente, devido aos ditames e às tendências impostas e necessárias à globalização, há uma maior flexibilidade sobre o assunto. E justifica: “*Num mundo globalizado em que vivemos onde os contatos de nações e de cultura são propiciados por mil modos, os estrangeirismos interpenetram-se com muita facilidade e rapidez*”.

No entanto, o autor salienta certo exagero e considera que alguns elementos estrangeiros são desnecessários e não devem ser empregados no léxico nacional. De acordo com o autor, os estrangeirismos léxicos podem se distinguir por meio de dois grupos: os que se adaptam à língua que os recebe, porém só podem ser reconhecidos pelos usuários que conhecem a sua história e aqueles que se mostram com a forma de origem estrangeira. Assim escreveu:

De modo geral, os estrangeiros léxicos se repartem em dois grupos: os que se assimilam de tal maneira à língua que os recebe, que só são identificados pelas pessoas que lhes conhecem a história (guerra, detalhe, etc.). Mas há os que mostram facilmente não ser prata da casa, e se apresentam na vestimenta estrangeira ou se mascaram de vernáculos. (BECHARA, 2003, p.126).

Logo, o português, assim como o inglês, é uma língua resultante de uma cultura. Com as palavras, vêm os conceitos dessa cultura. Então, se não tem uma palavra que defina um determinado conceito, como acontece no setor de tecnologia de ponta, consideramos coerente o uso da expressão estrangeira, como “hardware”, que é

tão intraduzível para os brasileiros quanto “saudade” é intraduzível para os americanos. O que seguramente, não é o caso de outros anglicismos.

Outra coisa importante é lembrar que os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática. Por isso, não são capazes de destruí-la, como juram os conservadores. [...] Os estrangeirismos contribuem apenas no nível mais superficial da língua, que é o léxico. Um exemplo:

O Office-boy flertava com a baby-sitter no hall do shopping-center.

Embora os substantivos sejam todos de origem inglesa (e a raiz do verbo flertar também), a sintaxe e a morfologia são perfeitamente portuguesas, como se verifica pela desinência do verbo, pelas preposições e pelos artigos. A ordem das palavras no enunciado – primeiro sujeito, depois o verbo, depois o objeto e por fim os adjuntos adverbiais – corresponde integralmente à ordem normal da sintaxe portuguesa. (BAGNO, 2002, p. 74-75).

Todavia, observamos que a questão não está na reconhecida e necessária presença de estrangeirismo no Brasil e sim na banalização de seu uso. Ou seja, o emprego de um termo estrangeiro numa conversa qualquer sem a menor necessidade. Há que se admitir no entanto, que às vezes não há jeito de resistir aos neologismos. Até porque:

As grandes indústrias de entretenimento estão nos Estados Unidos e elas exportam ininterruptamente para os países periféricos – entre eles, o nosso. E, diga-se de passagem, nessa enxurrada de entretenimento e cultura exportada, há muita coisa boa: músicas boas, filmes ótimos, vídeos de alta qualidade. Enfim, um esquema altamente profissional. Até hábitos alimentares, como o da “fast-food”, pegaram aqui porque servem perfeitamente ao dia-a-dia de quem trabalha. Tudo isso aliado ao fato de que o sistema educacional é ruim e sua primeira vítima é o idioma, explica a situação atual. (TRINTA apud CYNTRÃO, 1995, p. 414).

Como vemos, o professor Aluísio Trinta pauta seu posicionamento em abordagens cultural e profissional, ao mesmo tempo em que denuncia a fragilidade do sistema educacional brasileiro. A esse respeito:

Há estrangeirismos e estrangeirismos. Uns são imprescindíveis, e fazem parte do idioma nacional; outros, convenientes, e do seu discreto emprego podem advir vantagens; outros, ainda, são apenas toleráveis, e procede louvavelmente quem os dispensam; e muitos há, muitíssimos até, que só se empregam por indesculpável ignorância ou por condenável desafeto à pureza da língua. (FIGUEIREDO, apud SMOLKA, 2000).

A citação acima data do ano de 1938 e dizia respeito principalmente a termos franceses e latinos tendo em vista o contexto histórico daquela época. Ainda assim,

torna-se atual por trazer à reflexão o imprescindível, o conveniente, a ignorância e a banalização. Desta forma:

Sobre o uso de estrangeirismos introduzidos em nossa língua, acredito, em última análise, que seja um problema de bom senso, uma vez que vivemos num processo cultural constante e que é nosso dever como cidadãos impedir qualquer invasão abusiva de termos ou expressões alienígenas, se fazem parte de nosso vocabulário corrente palavras com o mesmo significado. [...] todo radicalismo é perigoso quanto mais no campo da comunicação. (SMOLKA, 2000).

Notamos que o bom senso pontuado por Smolka apenas evidencia, de modo sucinto, o que pensam e esperam os outros estudiosos citados neste estudo. Sabemos que não há como reverter ou mesmo cessar tal processo/fenômeno – estrangeirismo – mas, contamos com a sensatez, com a educação brasileira, para a boa medida de seu uso, a prevalência e evolução da língua portuguesa.

A absorção de palavras estrangeiras é algo natural em qualquer cultura e não há, aparentemente, motivo para organizar uma resistência. Achamos patético escrever *xóping* em vez de shopping, como se isso fosse nos preservar do domínio imperialista. Ninguém está a perigo, a não ser o bom senso e o bom gosto.

Nas relações profissionais, há um exagero evidente. Fazer um *meeting* em vez de uma reunião, apresentar um *paper* em vez de um relatório, aprovar um *budget* em vez de um orçamento, tudo isso causa o efeito contrário ao desejado: em vez de charmoso, fica antiquado. Assim como batizar empresas nacionais com nomes como Quality, Responsibility. E sem falar nos abomináveis Moreira's Bar ou Silvia's Cabeleireiros. O apóstrofo foi uma onda, já passou. Resquícios de um deslumbramento.

De qualquer maneira, nada disso põe em risco a permanência do nosso bom e amado idioma português, que continua sendo nossa língua falada, escrita e cantada.

CAPÍTULO 4

4.1. Projeto de lei 1676, de 1999, do Deputado Aldo Rebelo, do PC do B, SP, que “Dispõe sobre a promoção, a proteção a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.”: a polêmica

A preocupação é mundial. As autoridades francesas, por exemplo, andam aborrecidas com a invasão da língua inglesa naquele Território e simplesmente resolveram proibir o uso do inglês em anúncios, nomes de estabelecimentos comerciais e empresas. No Brasil, na época da ditadura Vargas, o então Presidente da República Getúlio Vargas decretara a proibição de imigrantes japoneses, alemães e italianos de falarem seus próprios idiomas em território brasileiro.

Contudo, a discussão deve se pautar na fundamentação de que as palavras constituem a matéria-prima dos idiomas e nelas estão os caracteres fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos, ou seja, a totalidade dos dados para a história de qualquer língua.

Seguramente, os estrangeirismos têm presença cada vez mais fortalecida no território nacional brasileiro. Na opinião de Senkevics (2007):

O motivo da valorização de estrangeirismos, em especial de origem norte-americana, é o contato cotidiano com o inglês, devido à globalização, que gerou uma certa idéia de *status* (outra expressão estrangeira), assim parece mais fino falar pelas expressões que exigem uma ‘forçadinha’ no sotaque. Além do mais, demonstra mais intimidade com outras línguas, parecendo que domina não só o português, mas o estrangeiro também.

O deputado Aldo Rebelo discorda e procura eliminar o uso desnecessário dessas expressões por meio do Projeto de Lei 1676, de 1999. O referido projeto tem por pretensão defender a língua portuguesa de palavras e expressões estrangeiras usadas no comércio, meios de comunicação, publicidade e estabelecimentos de ensino. Uma vez aprovado, os usuários ficam obrigados a substituir a palavra estrangeira pelo

termo equivalente em português. No caso de não existir a palavra correspondente, o projeto permite que a Academia Brasileira de Letras —ABL— estude o “aportuguesamento” do termo estrangeiro.

O Deputado Federal Aldo Rebelo, em artigo publicado em 24/09/99, na *Folha de São Paulo*, concorda com o então presidente da Academia Brasileira de Letras, jornalista e escritor Arnaldo Neskier, quando este culpa o ensino, o baixo índice de leitura e os disparates da televisão pela introdução excessiva de estrangeirismo ao idioma brasileiro. No entanto, enfatiza o Deputado, o artigo omite o papel da Academia no processo de desvalorização do português.

Como sabemos, à instituição, por tradição e pelas leis que desde 1931 a autorizam a cuidar da ortografia, cabe proteger o idioma dos estrangeirismos desnecessários e extravagantes, na grafia e no som, que deformam a língua e fazem de cada brasileiro um Champollion a decifrar hieróglifos. E critica:

Atualmente, no entanto, palavras estrangeiras entram no dicionário como contrabando, sem passar pela alfândega léxica. Ao preparar o “Vocabulário Ortográfico”, a Academia simplesmente transcreve, em vez de transliterar, monstruosidades que nos turvam a vista e enrolam-nos a língua, como best-seller, breakfast, carryng, e-mail [...]. Acreditem: abonada pela academia e incorporada ao “Vocabulário Ortográfico”, toda essa algaravia pode ser usada em relações de vestibular, livros didáticos e até nos documentos oficiais do Brasil. Além de horrorosa, a grande maioria desses vocábulos é desnecessária, pois tem correspondente em português. Se fossem neologismos específicos, nomeando novidades sem correlatos em nossa língua, aí, sim seriam indispensáveis e incorporados depois de nacionalizados (REBELO, 1999).

Para a relatora do projeto, Deputada Iara Bernardi (2007), o uso dos estrangeirismos no comércio confunde a população, que não tem obrigação de conhecer os termos empregados.

Sobre o projeto, a fala de seu autor:

Vemos um fenômeno nada recente, mas que passa por um período de aceleração. Como parte de um processo de deterioração da economia e da cultura nacionais, o Brasil passa por um momento de “desnacionalização lingüística”. Assim como o patrimônio público e as empresas privadas do país estão sendo vendidas a grandes grupos multinacionais, a desnacionalização do idioma português vem acontecendo, palavra por palavra. Chegando ao ponto de termos hoje um bilingüismo sorrateiro, uma combinação babélica já chamada de portuglês ou portinglês. É uma verdadeira epidemia que se alastra na escola, na imprensa, nas instituições acadêmicas, no governo, na

indústria e no comércio, no moderno setor de serviços, nas situações mais comum – da faixa comercial estendida na rua ao livro de sumidade (Rebello, 2000).

E prossegue:

A *pizzaria* do bairro bota na placa: Delivery. A publicidade contém expressões indecifráveis para a maioria dos brasileiros. E a propaganda oficial ainda recrudescer esse movimento: órgãos oficiais e até mesmo o presidente da República usam palavras que o povo brasileiro não conhece. O Banco do Brasil (do nosso país!) tem um serviço eletrônico que se chama BB Personal Banking! (ibid).

Também alerta:

A invasão do idioma inglês, pela televisão e internet, é a parte de uma tentativa antiga de domínio norte-americano. Hoje, começa a se cultivar, nas escolas brasileiras, a tradição da festa das bruxas, o Halloween, que não tem nenhum significado para nós, brasileiros. [...] essa situação tem que ser dosada, porque uma cultura estrangeira não pode substituir a nacional. Acho que é hora de combater a macaquice, o desrespeito à tradição da língua, a sujeição a idiomas que não superam o idioma português em graça, fonemas ou precisão (ibid).

Será que o Deputado tem razão? No que diz respeito à graça, beleza da língua portuguesa, sem dúvida, ele tem razão.

Entretanto, a polêmica em torno de seu projeto é instigante e divide opiniões. De acordo com o lingüista Proença Filho (2006), o uso dos estrangeirismos vincula-se ao contato entre os povos, a partir da proximidade geográfica ou do intercâmbio cultural. A língua vive em contínua mudança, paralela ao organismo social que a criou. Nessa mutação, os empréstimos que toma de outra língua, por força do contato com outros povos, resultam de um processo válido de assimilação. O português praticado no Brasil já incorporou um sem-número de francesismos, anglicismos, italianismos e espanholismos tranqüilamente usados na comunicação verbal. Alguns já vestidos de verde e amarelo, como cachecol, decolagem, filé, lasanha, salsicha; outros ainda com sotaque, mas bem à vontade no convívio social: vestimos *smoking*, deliciamo-nos com filé mignon e *bacon* e comemos *pizza* sem nenhum sobressalto verbal. A invasão lingüística temida por alguns não é tão perigosa, pois a ameaça à soberania envolve outros espaços: éticos, administrativos, políticos e econômicos.

Assim, muitos podem ser os caminhos trilhados pelo dinamismo das línguas. Palavras se criam dentro do próprio vernáculo, palavras ampliam ou restringem o seu significado, adquirem valores pejorativos ou meliorativos, palavras migram de uma língua para outra(s), formam ou não derivados e compostos, mantêm ou não a sua grafia de origem, dicionarizam-se ou não. Os empréstimos lingüísticos são freqüentes e importantes para a composição do sistema lexical de qualquer língua. O português, como as demais línguas, sofreu e vem sofrendo interferências de outras línguas, assim como também contribuiu para enriquecer outras com as que em algum período histórico entrou em contato; porém nos últimos séculos algumas línguas, devido ao grande desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, interferiram de forma avassaladora em outras línguas impondo seus valores e com eles os elementos lingüísticos que os acompanham.

Quais os limites, portanto, para a incorporação de uma palavra estrangeira? Será o enfatuamento dos novos ricos se esbaldando nos anglicismos? Ou a existência de sinônimos perfeitos que substituam a contento os vocábulos estranhos? O lingüista Ernani Terra, autor de *Linguagem, Língua e Fala*, separa os estrangeirismos necessários dos desnecessários:

As palavras vinculadas a uma tecnologia nova, sem precedentes no país, são de pronta incorporação pelo português. Já aquelas palavras que denotam deslumbramento e valorização artificial de uma loja ou um produto, que tanto cativam as classes médias, essas eu considero prejudiciais. Esse tipo de atitude demonstra a baixa estima cultural que acomete muitos brasileiros; tudo o que vem de fora é superior. Mas esse é um problema que não compete à língua. Nossa soberania está ameaçada por outras invasões - econômica, política e cultural. (PORTAL SESCSP, acesso em 21 jul 2008).

Porém, na concepção de Senkevics (2007), cada um deve usar ou não a língua portuguesa por uma questão moral e não legal. Por essa razão, não considera válida a criação de uma lei para este fim. Além do mais, em sua opinião a língua é um importante “indicador de soberana cultural”, e acrescenta que se o português está desvalorizado, não será uma lei que reverterá este problema.

Como vemos, a polêmica é interminável e sua sustentação surge por meio de vários vieses, comercial, cultural, tecnológico e histórico.

Nossa língua é, portanto, aberta a todo o tipo de empréstimos e pelas mais diferentes razões. Do século XVI até praticamente metade de nosso século, as palavras inseridas em nosso vocábulo o eram em geral por motivos sócio-culturais, religiosos e comerciais. Com o crescimento cada vez maior dos Estados Unidos, principalmente depois da Segunda Grande Guerra Mundial (1939 – 1945), lá florescem a ciência e a tecnologia e termos ingleses passam a ter significado internacional. E nós, brasileiros, também fomos aderindo a tais empréstimos e passamos a usar um sem número de neologismo de origem anglo-saxônica. (SMOLKA, 2000).

Para Neide Smolka, a língua portuguesa é linda, rica e poderosa como instrumento de comunicação. Por esta razão, pode perfeitamente prescindir de vocábulos, expressões idiomáticas ou mesmo exóticas de outras realidades. A autora posiciona-se contra a atual realidade cultural, porém, dentro de sua verdadeira dimensão.

Mesmo porque, os estrangeirismos sempre estiveram presentes na língua portuguesa como elementos enriquecedores. Essas palavras e/ou expressões que migraram de um convívio social para outro, em grande maioria, situam-se no espaço das ciências, da tecnologia — em virtude de avanços e novas descobertas em pesquisas realizadas nos países de primeiro mundo de língua inglesa — , bem como na diplomacia onde também se fazem indispensáveis.

Até porque, o empréstimo, de certa maneira, é um dos meios de renovação lexical e, em conseqüência, pode ser considerado, linguisticamente, um recurso pertencente ao fenômeno do enriquecimento de uma língua. Para constatar tal fato, em 1932, o estudioso Antenor Nascentes pacientemente contou as palavras portuguesas vindas de outros idiomas. Entre outras:

- Açougue (árabe)
- Estopim (catalão)
- Chá (chinês)
- Crocodilo (egípcio)
- Pandeiro (espanhol)
- Burocracia (francês)
- Comunista (francês)
- Calouro (grego moderno)
- Escuna (holandês)
- Buldogue (inglês)

- Galera (italiano)
- Biombo (japonês)
- Gongo (malaio)
- Berinjela (persa)
- Escorbuto (russo)
- Edredão (sueco)
- Abacaxi (tupi-guarani)
- Sandália (turco)

Fonte: *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes.*

De acordo com Schmitz (2000), “*um idioma evolui quando entra em contato com outros, e só alguém que não entende nada do assunto pode achar que é possível bloquear esse intercâmbio*”. Não é esta a pretensão do projeto. Muito embora, com certo radicalismo, o projeto objetiva, na fala de seu autor, proteger a língua portuguesa e poupar a população de usos abusivos de termos ingleses. Por exemplo, pode-se citar “sale” e “50% off” em vez de “liquidação” e “50% de desconto”. Todavia, na concepção de Lima (2000) “*multar um lojista por uma caipirice que depõe unicamente contra ele próprio é um exagero*”.

Polêmicas à parte, no ano de 2005, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deu parecer constitucional e jurídico favorável ao referido projeto de lei 1676, de 1999, o qual proíbe o uso de expressões oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial, em eventos públicos, na mídia, na produção, no consumo e na publicidade de bens ou serviços.

Após aprovado o projeto de lei em análise e sancionado pelo Presidente da República, será considerada prática abusiva o emprego de palavra ou expressão que possuir equivalente em língua portuguesa. No entanto, o projeto admite o uso de palavras ou expressões estrangeiras já registradas pelo Vocábulo Ortográfico de Língua Portuguesa — VOLP, da Academia Brasileira de Letras. Assim, palavras como *pizza*, *jeans*, dentre outras, continuam a vigorar.

O Deputado Aldo Rebelo afirma que a intenção principal é a promoção e a preservação do idioma, de modo a incentivar a aprendizagem do português e coibir o

uso desnecessário de palavras estrangeiras quando há equivalentes na língua portuguesa, além de estimular o neologismo e reforçar o aportuguesamento.

A preocupação de Rebelo não é meramente um ato de patriotismo ou fanatismo, como alguns podem julgar. Como o próprio Deputado afirma, as leis não impedem as pessoas de cometerem uma infração. Às vezes, as leis até mesmo induzem os rebeldes a fazerem o contrário do que se determina simplesmente pelo prazer de infringirem as regras.

CAPÍTULO 5

5.1. Em defesa do estrangeirismo na língua portuguesa.

Apesar de o projeto de lei 1676, de 1999, possuir embasamentos convincentes, há vários estudiosos que criticam a iniciativa do Deputado Aldo Rebelo. Um desses críticos é o lingüista Bagno (2000), que, no seu artigo *Estrangeirismo na língua (O deputado e a língua)*, publicado no *Jornal de Brasília*, em 09 de junho de 2000, afirmou que o “bloqueio” ao estrangeirismo é pura ignorância haja vista que essa polêmica está inserida no processo da globalização, que afeta os mais variados setores da cultura:

A língua tem esta qualidade maravilhosa de ser, ao mesmo tempo, um patrimônio público e um bem individual. Se o projeto do Deputado Aldo Rebelo se limitasse a (tentar) conter o uso de estrangeirismos nas manifestações lingüísticas oficiais, seria possível talvez apoiá-lo. Afinal, se a Constituição diz que o português é a língua oficial do Brasil, tudo aquilo que tivesse caráter oficial deveria, em princípio, vir redigido exclusivamente em português. Assim, é bastante razoável que o deputado critique a expressão “Personal Banking” estampada nos caixas eletrônicos do Banco do Brasil espalhados em todo o território nacional (embora esse banco não seja rigorosamente oficial). Mas mesmo aí seria difícil delimitar o que é exclusivamente português – a palavra, cheque, por exemplo, que parece tão nossa, é inglês “puro”, inclusive quase na grafia ... Haveria sucesso em substituí-la por um “equivalente” em nossa língua? (BAGNO, 2000, p. 52).

Bagno (2000) afirma que, no uso oficial do Estado, o Deputado Aldo Rebelo até que tem uma certa razão. Mas a pretensão de penalizar as pessoas que usarem os estrangeirismos é um absurdo ou até mesmo um autoritarismo, pois é impossível controlar o pensamento dos usuários da língua portuguesa. A língua é usada também para a comunicação do indivíduo consigo mesmo; ela é o veículo do pensamento:

A língua que cada um de nós fala é elemento essencial de nossa própria identidade individual, daquilo que somos. Querer legislar sobre o uso individual da língua, além de autoritário, por querer interferir naquilo que a pessoa é como ser humano, é perfeitamente inútil, já que não se pode legislar sobre o que uma pessoa vai ou não pensar. É querer transformar em crime o que a pessoa é e o que ela pensa. (BAGNO, 2000, p. 53).

Ainda de acordo com Bagno (2000), o aportuguesamento de uma palavra ou expressão não se faz de uma forma arbitrária por meio de um decreto. Ele depende do uso que os falantes nativos da língua fazem desses empréstimos lexicais. Muitas vezes, uma palavra estrangeira ganha espaço, vigora por algum tempo e depois deixa de ser usada. As palavras deixam de ser usadas quando as coisas que elas designam também deixam de ser usadas. Assim, para impedir a disseminação dos termos ingleses na área de informática, seria preciso obstruir a entrada no país dos equipamentos, programas, computadores, enfim, de toda a tecnologia à qual esses termos vêm aplicados.

Alves (1999) comenta que cultura brasileira não é somente samba, carnaval, feijoada, caipirinha, jeitinho de resolver problemas, etc. Segundo ela, essa visão é o que vendemos aos turistas. Não há um modelo cristalizado vindo da junção do português, africano e índio, pois esta junção ocorreu em tempos, momentos e espaços diferentes no decorrer da história. Para a autora, devido a essas influências, é natural o surgimento de novas expressões culturais em nosso meio, fazendo surgir uma cultura heterogênea.

Segundo Bagno (2000), não é preciso uma lei para controlar o uso de uma língua, pois ela mesma se auto-regula e se controla de acordo com suas mudanças. Ela não descarta o que tem serventia ao seu acervo, mas dispensa os termos desnecessários. Uma língua é dessa forma porque é utilizada por pessoas que desejam se entender, interagir e comunicar-se com as outras pessoas. Por isso, a língua não necessita de “ser defendida”, tampouco os seus falantes. Estes têm liberdade de usá-la como quiserem. A globalização possui outros defeitos que devem ser combatidos pela legislação. Os vocábulos importados são inofensivos. Existem polêmicas mais urgentes sobre as quais legislar, como, por exemplo, problemas sociais e econômicos.

Segundo Lima, no projeto do Deputado Rebelo, há um pedido à Academia Brasileira de Letras de que toda vez que um termo estrangeiro for colocado em circulação, aquela Instituição terá 90 (noventa) dias para encontrar uma palavra que seja equivalente em português. Isso seria um tanto complicado, uma vez que nossa língua tem muitos anglicismos, galicismos, e outras palavras de várias origens. Em lugar de alguns estrangeirismos podemos oferecer o equivalente em português como

em, por exemplo: *futebol*, seria *ludopédio*; *cachecol*, seria *echarpe*; e *abajur*, seria *lucivelo*. Para uma melhor exemplificação, vejamos quantas palavras estrangeiras existem no trecho abaixo, trazido na Edição nº 1 664, de 30 de agosto de 2000, da Revista Veja Educação (articulista Lima), num artigo intitulado “O bom senso está *on sale*”:

Para evitar graves prejuízos financeiros, roteiristas de TV, publicitários e até jornalistas se veriam obrigados a instalar em seus computadores chips (ooooops!) que apitassem sempre que um estrangeirismo fosse digitado. Façamos um teste. Não apenas repórteres (péin! É um anglicismo) padeceriam, mas também os empresários (péin! A palavra vem do italiano) de comunicação, porque para estes últimos as multas envolveriam algarismos (péin! origem persa) ainda mais elevados. Articulista de grande bagagem (péin! Galicismo) cultural (péin! Germanismo) teriam de renegar a erudição de alfarrábio (péin! Origem árabe), apesar de sua ojeriza (péin! Espanholismo) a palavra de uso vulgar.” (LIMA, 2000, **Revista Veja Educação**. Veja on-line. Disponível em 30 de agosto de 2000: http://veja.abril.uol.com.br/300800/p_086.html).

Atualmente, podemos citar os meios musical e cinematográfico e, em especial, a informática como as fontes mais comuns de anglicismos, em razão da intensa influência estadunidense nessas áreas. Assim, torna-se muito difícil, a curto ou a médio prazo, evitar o empréstimo lingüístico, já que a influência político-econômica mundial dos países anglo-saxões faz com que a língua inglesa tenha um maior prestígio em relação às outras línguas. Acrescente-se, ainda, que o empréstimo, de uma certa maneira, é um dos meios de renovação lexical e, em conseqüência, pode ser considerado, lingüisticamente, um recurso pertencente ao fenômeno do enriquecimento de uma língua.

Inclusive o cantor e compositor Zeca Baleiro gravou a música “*Samba do approach*”, que aborda de forma bastante interessante tais estrangeirismos presentes no nosso dia-a-dia. Vejamos a letra da música:

Samba Do Approach
Zeca Baleiro
Composição: Zeca Baleiro

Venha provar meu *brunch*
Saiba que eu tenho *approach*
Na hora do *lunch*
Eu ando de *ferryboat...*(2x)

Eu tenho *savoir-faire*
Meu temperamento é *light*
Minha casa é *hi-tech*
Toda hora rola um *insight*
Já fui fã do *Jethro Tull*
Hoje me amarro no *Slash*
Minha vida agora é *cool*
Meu passado é que foi *trash...*

Venha provar meu *brunch*
Saiba que eu tenho *approach*
Na hora do *lunch*
Eu ando de *ferryboat...*(2x)

Fica ligado no *link*
Que eu vou confessar *my love*
Depois do décimo *drink*
Só um bom e velho engov
Eu tirei o meu *green card*
E fui prá *Miami Beach*
Posso não ser *pop-star*
Mas já sou um *noveau-riche...*

Venha provar meu *brunch*
Saiba que eu tenho *approach*
Na hora do *lunch*
Eu ando de *ferryboat...*(2x)

Eu tenho *sex-appeal*
Saca só meu *background*
Veloz como Damon Hill

Tenaz como Fittipaldi
Não dispense um *happy end*
Quero jogar no *dream team*
De dia um macho *man*
E de noite, *drag queen*...

Venha provar *meu brunch*
Saiba que eu tenho *approach*
Na hora do *lunch*
Eu ando de *ferryboat*...(7x)

(<http://letras.terra.com.br/zeca-baleiro/43674>).

O vocabulário *internetês* chega até nós por meio dos aparelhos e das tecnologias que importamos e que seguem um padrão no mundo. No meio publicitário, o apelo comercial é o motivo pelo qual há tanto estrangeirismo presente. A vontade de fortalecer o marketing prevalece e por esse motivo existem muitos *outdoors* querendo obter lucros nos *business*.

Já na indústria cinematográfica transformada sutilmente em um veículo de propaganda ideológica, principalmente estadunidense, criam-se tendências que favorecem o uso indiscriminado dos estrangeirismos. Por exemplo, o filme *MIB – Men in the black* (Os homens de preto) impôs suas expressões estrangeiras, que são notadas quase sempre durante diálogos informais.

A entrada de empréstimos lingüísticos no português do Brasil e em qualquer língua do mundo é um fenômeno usual e comum porque segue o processo natural de dinâmica das línguas. As causas dos empréstimos são variadas e podem estar relacionadas à necessidade gerada pela ausência de um termo vernacular para uma determinada tecnologia, produto, serviço e também ao prestígio provocado pela grande influência da cultura da qual o empréstimo se origina. No Brasil, destacamos o crescente uso de empréstimos lingüísticos, originados do inglês estadunidense.

Para os professores Andrade e Medeiros (2000), no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa, seria desejável que se mostrasse o estrangeirismo como um fenômeno sociolingüístico, e não como deturpador da linguagem, como decorrência do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação, sem que se esqueça sua função estilístico-literária.

Entendemos que, nem mesmo para a maioria dos lingüistas e gramáticos, o estrangeirismo é visto como ofensa à língua ou como transgressão à norma. Juntamente com Said Ali, Mario Barreto afirma:

Não pertenço à escola dos conservadores exaltados em matéria de linguagem. Se repilo os galicismos supérfluos, vejo com gosto que hábeis e autorizadas penas enriquecem a língua com algumas palavras proveitosas ou algumas construções elegantes, como fazia o grande Camilo, denodado paladino da boa linguagem portuguesa, mas que usou galicismos adrede por lhe parecerem formosos e credores de adoção. (apud ANDRADE; MEDEIROS, 2000, p. 147).

Sendo o estrangeirismo um fenômeno natural, verificamos que ele oferece vantagens: aumenta o poder expressivo das línguas, realça a diferença dos idiomas, tornando-os mais compreensivos, e facilita, por isso mesmo, a comunicação das idéias gerais.

Josué Machado, (apud Nunes, 2000), considera no artigo que é bobagem tentar impedir a infiltração de neologismos no Brasil:

É comum que a língua do povo dominador invada outra; foi assim com o grego, o latim. A língua do império é o inglês, é natural que ela invada o português (...) apesar do projeto ser bem-intencionado, os excessos de puritanismos são uma balela (...) é permissivo e terrível usar estrangeirismos, porque denota uma falta de cultura. Aqui, o ensino é fraco, a leitura é pouca, as pessoas não têm tempo de ler, enfim, o Brasil, é um país pobre de cultura. (NUNES, Revista Educação, 2000, p. 34).

O colunista Marcelo Coelho (apud Nunes, 2000) ironiza:

Esse projeto é imbecil (...) Vou ter de andar com uma caderneta com todas as expressões que já foram consagradas pelo uso? A língua portuguesa deve se defender de si mesma. Essa lei não pega e nem vai pegar. A questão da língua é domínio cultural e a única maneira de vencer isso é lutando pela maior independência do país, pela difusão cultural. (NUNES, Revista Educação, 2000, p. 34).

Para Celso Cunha (1970), a língua pode possuir uma tradição estática ou dinâmica. A tradição estática tende à estratificação. E “a estratificação”, afirma Celso Cunha, “*é a morte letárgica do idioma*” .

Podemos ainda aceitar que não conseguiremos extinguir o inglês da língua portuguesa, nem mesmo enclausurar nossa língua em uma caixinha longe de estrangeirismos, entretanto, ao mesmo tempo, não podemos concordar com a linha de pensamento semelhante à do professor do Departamento de Língua Portuguesa da PUC de São Paulo e coordenador do Projeto NURC (Projeto de Estudos da Norma Lingüística Urbana Cultural do Brasil) Dino Preti (apud Flexa, 2000) ao fazer a seguinte afirmação:

Não há como controlar a dinâmica da língua. Ela é um produto da evolução social. (...) Os estrangeirismos contribuem no nível mais superficial da língua, que é o léxico, o vocabulário. As estruturas sintáticas e morfológicas da língua não sofrem alteração. Os estrangeirismos não possuem força destruidora que puristas e defensores da língua atribuem (...) O cidadão tem que ser livre para falar do modo que lhe parecer mais adequado e aceitável. A língua é o seu veículo de pensamento, e não há lei capaz de interferir na maneira como uma pessoa pensa. (apud FLEXA, 2000, p. 21)

“*As línguas vivas nunca ficam estacionárias*”, diz Ronald Langacker. “Todas as línguas”, diz ainda, “são o produto de mudanças e continuam a mudar durante todo o tempo em que são faladas” (Langacker, 1972, p.185). A mudança — por vezes imperceptível num primeiro momento — é gradativa e somente pode ser percebida no decorrer dos séculos. Como já vimos, uma das maneiras pelas quais as línguas mudam é por intermédio dos empréstimos, sobretudo os lexicais.

Estudo diacrônico de uma língua registra os vários empréstimos através dos quais ela evoluiu. Por exemplo, do latim, emanam empréstimos do grego para as línguas neolatinas, como também para línguas de outros grupos. Os empréstimos do grego e do latim são sempre bem recebidos, não geram a resistência que provoca os empréstimos tomados das línguas modernas, conhecidas como “estrangeiras”.

Em proporção menor que o latim, a língua francesa também possui um certo grau de aceitação entre nós, em razão, provavelmente, do fato de que nossa própria liberdade tem raízes francesas.

Ainda assim, o estrangeirismo não deve, de modo algum, ser considerado um mal em si mesmo, pois seu emprego é altamente vantajoso para o enriquecimento,

precisão e expressividade da nossa linguagem, falando ou escrevendo. Podemos usá-lo sem receio quando é corrente e geral. É uma atitude pouco inteligente e negativa rejeitar uma palavra ou um tipo de frase das quais todos se servem, pelo simples fato de sabermos ser sua origem francesa, inglesa ou alemã.

Se a população está agregando ao seu vocabulário cada vez mais palavras estrangeiras, enquanto desconhece a própria língua, o problema está no que causa isto tudo, e não na consequência. Estrangeirismo é apenas uma consequência da crescente convivência, absorvendo diversos costumes, com a cultura estadunidense. Herdamos muitas características oriundas dos Estados Unidos da América, como a arquitetura atual das cidades, o hábito de andar em grupos, tribos urbanas que provém daquela cultura, há grande difusão da música ianque comparativamente com a de outros países, as comidas rápidas ou semi-prontas, a grande audiência de filmes hollywoodianos, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o abordado ao longo deste estudo, podemos afirmar que todas as línguas apresentam variações. Na visão de Fiorin (2002), não há línguas estáticas ou mesmo imutáveis e seria ingenuidade acreditar que no Brasil todos falam e se compreendem mutuamente em todos os lugares do País sem levarmos em conta os aspectos lingüísticos das variações regionais.

Da mesma forma, todos os que fazem uso do computador se habituaram a dizer “deletar”, dar um “enter”, “Page up” e outras expressões correlatas. Não seria possível, de pronto, abdicar de alguns termos — denominados estrangeirismos — introduzidos no País por meio da terminologia da informática. Seguramente, é totalmente possível passar todas as expressões em inglês para o português. Em contrapartida, é preciso que se pense que toda evolução cultural não se processa de imediato. Basta lembrar, à guisa de reflexão e mesmo de comparação, que a independência do Brasil ocorreu em 1822 e que foi somente em 1836 que surgiram os primeiros textos literários de nacionalismo exacerbado, através do Romantismo.

Por outro lado, a chamada globalização, com o mundo ligado via Internet, não é válida como justificativa para um suposto processo de aculturação universal pela linguagem da Informática. Em verdade, o fenômeno circunda-se a uma tecla de computador e a essa fantástica rede de computadores interligados. É apenas ali que funciona essa língua, ou melhor, essa linguagem universal. Extraí-la de lá e promover sua difusão nos processos lingüísticos culturais no dia-a-dia das pessoas, é atribuir-lhe poder que ela não tem. Se tiver contexto, vale o texto. Caso contrário, o mito vira mistificação.

Certamente, podemos e devemos prescindir de vocábulos e expressões idiomáticas de outras realidades alienígenas e privilegiar a língua portuguesa. Vocábulos como “*Shopping Center*” pode tranqüilamente ser substituído por Centro Comercial sem comprometimento algum de sua estética falada e atividade fim – comércio.

Vale ressaltar, com base na sapiência de José Luiz Fiorim, que os estrangeirismos não podem ameaçar os elementos que caracterizam o idioma português em uso no Brasil. Isto porque, é a gramática que sistematiza as pronúncias dos empréstimos estrangeiros, por meio de elementos fonológicos usados em conformidade com a morfologia e a sintaxe da língua portuguesa. Também porque o chamado fundo léxico comum, no caso da língua portuguesa, é formado por palavras herdadas do latim. Podemos mencionar as classes gramaticais, com exceção dos substantivos; aliás, estes, por denominarem objetos materiais, estão sempre se renovando, por isso estão mais vulneráveis às influências estrangeiras. Não há, portanto, o risco de descaracterização da língua portuguesa, conforme declarado pelo Deputado Federal Aldo Rebelo.

O que vemos hoje evidencia que, assim como no passado, o combate ao estrangeirismo está sendo realizado de maneira incoerente, sem que se considere a construção e a história da língua portuguesa. Segundo a historiadora Beatriz Protti (2006, on-line), é complicado tentar mudar a língua por decreto. Se o falante e a sociedade que aquela língua representa forem valorizados, a língua também será valorizada.

O que é reforçado por Possenti (apud Faraco, 2002, p. 168). Na concepção do autor, a única maneira de proteger a língua é “*tornar nossa economia poderosa e nossa cultura tão charmosa que nenhuma outra nos tente*”.

É fora de dúvida, que uma língua viva é um fenômeno essencialmente dinâmico e, por isso, aberto às influências de outros idiomas. Talvez, uma medida mais eficiente para proteger o idioma pátrio brasileiro seria dar-lhe a devida significação, ou seja, aperfeiçoar e modernizar o ensino da língua portuguesa nas escolas, desde o nível primário, para que o brasileiro possa não apenas falar, mas, sobretudo, escrever melhor o português. Isso, necessariamente, passa por uma melhor remuneração dos professores e pela incorporação de novos métodos de ensino em sala de aula.

Faz-se relevante ainda considerarmos que, muito embora vivamos num mundo cada vez mais integrado, é fundamental respeitar os idiomas indígenas falados no País a fim de que esse valioso patrimônio cultural não se perca, como tantos outros que já se perderam, fruto da arrogância e da dominação colonial do passado.

Em suma, se a população está agregando ao seu vocabulário cada vez mais palavras estrangeiras, enquanto desconhece a própria língua, o problema está no que causa isto tudo e não na conseqüência da crescente convivência, e absorção de diversos costumes, da cultura estadunidense. Tudo converge a uma interseção de línguas: em alguns pontos bem dosada; em outros, exageradamente inútil. Diante dessa relação costumeira do uso mesmo que indevido, proibir estrangeirismos por lei seria tão inútil quanto proibir desvios gramaticais ou gírias.

Não há como negar que o contato com outros povos proporciona ao povo brasileiro novos conceitos que, muitas vezes, surgem no falar cotidiano de muitos como exibição de uma cultura deslocada e falsa. No entanto, toda essa invasão, denominada estrangeirismo, pode ser recebida de braços abertos se for expressiva e útil; excessivamente, contudo, convém certa cautela.

De qualquer maneira, para preservar a nossa querida língua, é preciso investir mais em bibliotecas e no ensino do País, e não em patrulha. Minha brasilidade não é agredida quando alguém agradece meu “*feedback*”, ou diz que anda numa “*bad trip*”, ou que prefere uma música mais “*cool*”, ou que deixo o currículo com um “*headhunter*”, ou me convida para um “*happy hour*”. Na maioria das vezes, é apenas um reforço de expressão.

E para não ficar concentrado apenas nos vocábulos de origem inglesa, digo que sou solidário também com quem reclama dos “*paparazzi*”, prefere apartamentos com “*mezanino*” e adora uma “*tratoria*”. Ou com quem costuma tirar uma soneca numa “*chaise-logue*”, está em “*tour*” pelo mundo ou tem um “*affair*” – aliás, se preferir um “*menage à trois*”, vá em frente, não devemos ser purista em relação às palavras.

“*A priori*”, “*a posteriori*”, “*ad infinitum*”: no que se refere ao latim. Como viver sem uma errata, nós que nos equivocamos tanto? Impossível extinguir essas expressões do nosso vocabulário. Muitas delas são de uso corrente na imprensa, na literatura e nos bate-papos – tive um “*insight*”, vou fazer um “*check-up*”, o cara é um “*gentleman*”. E há, ainda, as que aportuguesaram: *abajur*, *ateliê*, *gangue*. Vivemos na era da tecnologia, é contraproducente torcer o nariz para “*downloads*”, “*e-mails*” e “*winchesters*”. Adaptemo-nos. Os idiomas — o nosso e o de todos — estão em constante movimento. “*C’est la vie*”.

Diante do exposto, consideramos fundamental como brasileiro, igualmente como procede o Deputado Aldo Rebelo, a defesa da língua portuguesa. No entanto, esperamos que tal defesa ocorra sem excessos, moderada, como deve ser o uso de estrangeirismos no Brasil. Sem características de exclusão e, sim, por meio de um processo claro, pleno de democracia. Democracia esta, que assim como a língua portuguesa, é motivo de orgulho para todo brasileiro realmente patriota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: Criação lexical*. São Paulo: Ática, 1994.

BAGNO, Marcos. *Cadernos do terceiro mundo*, edição 223, p. 29-31, 20 jan. 2004.

_____. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *O deputado e a língua*. In: *Jornal de Brasília*, 09/01/2000.

_____. *Preconceito lingüístico: o que é como se faz* 49ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BERNARDI, Iara. *Proibição ao estrangeirismo é aprovada na Comissão de Constituição e Justiça*. Disponível em < [http:// a – verdadeira – a cara – Brasil.blogspot.com](http://a-verdadeira-a-cara-brasil.blogspot.com). Acesso em 19 jul. 2008.

BRAZ, Shirley Lima da Silva. *Recepção Lingüística: o caso dos neologismo lexicais*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno13-20.html>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.

CASTRO, Ivo. *Lusa – A Matriz Portuguesa. Uma língua que veio de longe*. São Paulo: Mag Mais Rede Cultural, 2007.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *Defesa do idioma no início do século XX*. www.usp.br/agen/bols/2002/rede999.htm

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e a realidade brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

CYNTRÃO, Rita Cristina. *Americanização do português: o fato sociolingüístico sob o enfoque jornalístico*. Revista Universa: Brasília, v.3, n. 2 p. 411-417, out. 1995.

DUBOIS, J e col. *Dicionário de Lingüística* (trad). São Paulo: Ed. Cultrix, 1998.

FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos – Guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Considerações em torno do Projeto de Lei n. 1676/99*. In: Faraco, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *Os aldrovandos cantagalos e o preconceito lingüístico*. In: Silva, Fábio Lopes e Moura; MOURA, Heronildes Maurílio. *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

GARCEZ, Pedro M. *Estrangeirismos desejos e ameaças*. In: Faraco, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

GUEDES, Paulo Coimbra. *E por que não nos defender da língua?* In: Faraco, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia portuguesa em perspectiva sincrônica: teoria e prática*. Rio de Janeiro, 2003.

LANGACKER, Ronald. *A linguagem e sua estrutura*. 2ª. ed.. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

LIMA, João Gabriel de. *O bom senso está on sale: algumas observações sobre o projeto de lei que proíbe o uso de palavras estrangeiras*. Revista Veja Educação. Veja on-line. Edição 1664, publicada em 30/08/2000.

MORAES, Marcos Antonio de. *Coragem de escrever brasileiro*. Td Teoria e debate, n. 46, p. 62-65, nov/dez/2000 jan/2001.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia. *Neologismos*. In: www.filologia.org.br , 2003.

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Trad. Maria Luísa Schemann. 2. ed. Lisboa: Gulbenkian, 1983.

PROENÇA FILHO, Domicio. *Língua Portuguesa: globalização, estrangeirismos: purismo ou acolhimento. (conferência) Língua Portuguesa em debate [on line] em 30/06/2006*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/2000/pales6.html>>. Acesso em 25 out. 2008.

REBELO, Aldo. *Culta e bela – é intolerável a avalanche de exotismos que ameaça a língua*. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 set. 1999, Opinião, pp. 1-3.

ROCHA, Ana. *Termos básicos de literatura, lingüística e gramática*. Europa – América, 1997.

SCHMITZ, John Robert. *O Projeto de Lei n. 1676/99 na imprensa de São Paulo*. In: Faraco, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

SENKEVICS, Adriano. *Língua portuguesa e o estrangeirismo*. Disponível em [HTTP://letrasdespidas.wordpress.com/2000/07/26/lingua-portuguesa-e-o-estrangeirismo/](http://letrasdespidas.wordpress.com/2000/07/26/lingua-portuguesa-e-o-estrangeirismo/). Acesso em 20 out. 2008.

SMOLKA, Neide. *Movimento Nacional em defesa da língua portuguesa*. <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000901.htm>. Acesso em 20 out. 2008.

ZILLES, Ana Maria Stahl. *Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos*. In: FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXO – A

PROJETO DE LEI N°1676, DE 1999

(Do Sr. ALDO REBELO)

(versão aprovada na CCJ)

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do *caput* do art. 13, e com base no *caput*, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a Língua Portuguesa:

I- é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

II- é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;

III- constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no *caput*, I, II e III deste artigo, a Língua Portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a Língua Portuguesa, incumbe:

I- melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

II- incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;

III- realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da Língua Portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV- incentivar a difusão do idioma Português, dentro e fora do País;

V- fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI- atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

§ 1º Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da Língua Portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º É obrigatório o uso da Língua Portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I- no ensino e na aprendizagem;

II- no trabalho;

III- nas relações jurídicas;

IV- na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V- na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI- nos meios de comunicação de massa;

VII- na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII- na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º A disposição do *caput*, I- VIII deste artigo não se aplica:

I- a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II- a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III- a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV- a membros das comunidades indígenas nacionais;

V- ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI- a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII- a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I- tradução, simultânea ou não, para a Língua Portuguesa;

II- uso concorrente, em igualdade de condições, da Língua Portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o *caput* deste artigo, considerar-se-á:

I- prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em Língua Portuguesa;

II- prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III- prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em Língua Portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o *caput* deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em Língua Portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º. A regulamentação desta lei tratará das sanções administrativas a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que descumprir qualquer disposição desta lei.

Art. 7º A regulamentação desta lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em Língua Portuguesa.

Art. 8º À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura - seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da Língua Portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos - como "*holding*", "*recall*", "*franchise*", "*coffee-break*", "*self-service*" - e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados - como "*startar*", "*printar*", "*bidar*", "*atachar*", "*database*". E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até trincar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês estadunidense, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse - um autêntico milagre brasileiro - está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria "*on sale*" significa que esteja em liquidação? Ou que "*50% off*" quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um "Jose" - sem acentuação! E o que falar do serviço de "*clipping*" da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da "*newsletter*" da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de "*personal banking*" do Banco do Brasil espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na Língua Portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, *caput*) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar - *caput*, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural — a língua materna —, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar — com conhecimento, sensibilidade e altivez — a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: "*Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e*

ganham direito de cidade." (IN: CELSO CUNHA, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 - na ortografia original de 1968).

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em CADERNOS ASLEGIS, n° 4, 1998.

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a Língua Portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei n° 75-1349, de 1975, substituída pela Lei n° 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o PL proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o Português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da Língua Portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a Língua Portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria *Quero a minha língua de volta!*, de autoria do jornalista e poeta JOSÉ ENRIQUE BARREIRO, publicada há pouco tempo no JORNAL DO BRASIL.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a Língua Portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em, terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em Português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a matéria de capa - *A ciência de escrever bem* - da revista ÉPOCA de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a Língua Portuguesa como fator de integração nacional, como fruto - tal qual a falamos - da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o PL ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura — a Língua Portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores linguistas, NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, no Prefácio de sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), "*conhecer a Língua Portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. ... A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?*".

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 28 de março de 2001.

Deputado **ALDO REBELO**